Plural

Boletim da
Associação Latino-Americana
de Antropologia
Janeiro de 1993

02

TENDENCIAS ACTUALES DE LA INVESTIGACIÓN ANTROPOLÓGICA EN LA ARGENTINA

pg. 5

Antropología, Democracia y Dictaduras

pg. 12



Notas & Informações

A 500 Años: Una mirada crítica

O Colégio de Graduados en Antropología da Argentina realizou entre 13 e 20 de outubro simpósio para debater a emergência das identidades nacionais e regionais na América Latina com vistas a "proponer una alternativa al discurso hegemónico respecto de las significaciones del Quinto Centenário. Estimular diversas lecturas, propuestas y acciones que sirvan para repensar y trascender la memória del hecho histórico expresando posiciones sobre la realidad de Argentina y América Latina."

O painel de abertura foi dedicado à memória de Guillermo Bonfil Batalla. Realizaram-se as seguintes sessões: Un antropólogo frente a los 500 años; Hacia una historiografia de los 500 años; Discriminación e integración, identidad y resistencia; Una mirada crítica en el arte. Houve também mostra de vídeos, pinturas e fotografias.

Maiores informações com os organizadores: Colégio de Graduados en Antropologia/ 25 de Mayo 217 - 4to. P./ 1002, Buenos Aires/ Argentina.

Etnia e nação na América Latina

Realizou-se em Brasília de 7 a 12 de Dezembro, a reunião do Grupo de Trabalho Sobre Identidades na América Latina, integrante do CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais). O encontro apoiado pela OEA, ocorreu na sede da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), no campus da Universidade de Brasília e teve como temática geral "Etnia e Nação na América Latina". O evento foi dedicado por seu coordenador, George de Cerqueira Leite Zarur a memória de Guillermo Bonfil Batalla, um dos fundadores do grupo de Trabalho e primeiro presidente da Associação Latino-Americana de Antropologia. Ainda na seção de Abertura, o presidente da ABA, Silvio Coelho dos Santos, deu as boas vindas ao visitantes em nome dos antropólogos brasileiros.

Esta é a terceira reunião do Grupo de Trabalho. A primeira ocorreu em Brasília, em 1986, e teve como um de seus resultados, a publicação no México do volume "A Antropologia na América Latina". Este livro representa uma referência obrigatória para o entendimento do que é e do que pode fazer a antropologia latino-americana. O segundo encontro deu-se em Quito, em 1988, onde a temática foi a de "História e Identidade". O grupo de trabalho desempenhou ainda um papel importante na criação da Associação Latino-Americana de Antropologia (ALA), sensibilizando as associações nacionais para a criação dessa entidade. A fundação da ALA foi proposta à diretoria da Associação Brasileira de Antropologia, durante o ano de 1989, pelo coordenador do Grupo de Trabalho, representando os seus membros.

A reunião recém-concluída, teve como objetivo maior a discussão da construção de sociedades plurais na América Latina e do próprio conceito de sociedade plural. Estiveram presentes antropólogos de diferentes Instituições brasileiras (Museu Nacional, Unicamp, UNB, UFPE, UFRGS, FLACSO e UERJ). De outros países participaram visitantes representando universidades e centros de pesquisa da Argentina, Peru, Equador, Bolívia, Venezuela, Colombia e México. Os textos apresentados, no marco da temática geral de etnia e nação, distribuiram-se por quatro categorias principais: conceitos básicos e aspectos étnicos e políticos, etnicidade indígena, pensamento social, etnicidade de negros e imigrantes europeus. Na oportunidade ainda teve lugar uma reunião de trabalho da Associação Latino-Americana de Antropologia.

Os vinte e dois trabalhos apresentados deverão ser reunidos em um volume a ser publicado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). O próximo encontro, previsto para a Assembléia Geral do CLACSO, versará sobre a temática dos Regionalismos e Identidades Nacionais na América Latina. O Grupo de Trabalho hoje representa um polo de articulação das antropologias da América Latina, e leva a prática os princípios a partir dos quais foi fundado. Dentre eles, o da antropologia assumir-se integralmente como ideologia e participar da construção das identidades latino-americanas. ***(G. Zarur)***

Uma nova Revista de Antropologia

"PUBLICAR - en antropologia y ciencias sociales" está sendo editada desde Maio de 92 pelo Colégio de Graduados en Antropologia da Argentina. O seu primeiro número traz as seguintes matérias: R. Bayardo, La

Antropología de los 90; C. Reynoso, Antropología: perspectivas para después de su muerte; E. G. Guirós, Algunas formas elementales en la práctica antropológica; S. Tiscornia, Antropología, política y criminología: acerca de la construccíon de domínios en el control de la otredad; S. Visakovsky, También el poder del diálogo: reflexiones a partir de 'Antropología, política y criminología'; G. Batallan & J. F. Garcia, Antropología y participación: contribución al debate metodológico; A. Gravano, Antropología práctica: muestra y possibilidades de antropología organizacional; E. Grassi, Estado, acumulación del capital y legitimación política: el marco del processo de privatización de la vida; L. Tamagno, Los aborígenes y el cólera. Maiores informações por correspondencia com os editores.

Una década de producción Antropológica en Colombia: 1980/1990.

O Instituto Colombiano de Cultura (COLCULTURA) e o Instituto Colombiano de Antropologia publicaram recentemente o CATÁLOGO BIBLIOGRÁFICO onde se registra uma década de produção antropológica naquele país. Contendo mais de 2.000 entradas, este catálogo reúne informações sobre trabalhos recentes de mais de 400 autores, resumidos e classificados por assunto. Esta utilíssima publicação foi feita sob a coordenação geral de Lucy Wartenberg Villegas. Instituto Colombiano de Antropologia/ Calle 8 Nº 8-87/ Santafe de Bogotá / Colombia.

Claiming Social Equity and Cultural Rights

Rockefeller Foundation Fellowships in the Humanities offered by the Centro de Estudios Puertoriquenos (Hunter College/ City University of New York), for the advancement of comparative critical analysis of the following questions:
1) How are claims for social equity and cultural rights among disenfranchised "cultural communities" asserted in a variety of national and international contexts? and 2) how do demands for equity, historicaly and at the present moment, challenge or otherwise engage hegemonic cultural theories, discourses, and national policies?
ANNUAL THEMES:
1993-94 - Cultural rights and citizenship.
1994-95 - Histories and discourses of group poverty.
1995-96: The cultural politics of education.
We especially encourage proposals from scholars concerned with these issues in North American, Latin American, Caribbean and Western European contexts. For further information and application material, please write Dr. Rina Benmayor & Dr. Antonio Lauria/ Rockefeller Fellows Program Co-directors / The Center for Puerto Rican Studies, Hunter College / 695 Park Ave./ Box 548/ New York, NY 10021 -/ Fax 212.772.4348. ◆

Plural

é uma publicação trimestral bilíngue da Associação Latino-Americana de Antropologia

Coordenação geral e redação: Antonio A. Arantes.

Conselho Editorial: Leopoldo Bartolomé, Myriam Jimeno Santoyo, Teresa Rojas Rabiela e George de C. L. Zarur, Vice-Presidentes Regionais da ALA.

Design Gráfico e Editoração: Letra & Imagem SC Ltda. Av. Portugal, 624 Fone (011) 533.6964 São Paulo, Brasil.
Ilustração do artigo de Capa: Xilogravura de J. Barros
Impressão: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

Colaboraram neste número: Hugo Ratier, Carlos Herrán e Viviana Lebedinsky.

Contribuições (notas, informações ou sugestão de temas para matérias especiais) e cartas à redação podem ser enviadas à Secretaria da ALA, no endereço: Departamento de Antropologia IFCH-UNICAMP Caixa Postal 6110 13081 Campinas Brasil Fax 55-192-393327 e-mail AAA@ccvax.unicamp.br

Distribuição gratuita aos sócios da ALA. Assinatura anual US$ 10,00 Exemplar avulso US$ 3,00.
Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research.

Tiragem deste número: 500 exemplares.

Participe da Primeira Reunião Científica realizada pela ALA.

I FORUM DE ANTROPOLOGIA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

28 e 29 de julho de 1993 • Cidade do México

e da Assembléia Geral da ALA

durante o 13º Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas
Mais informações na Secretaria Geral da ALA

NOTÍCIAS DA ALA

NOVOS SÓCIOS

Individuais

Alícia Mabel Barabas
Insituto Nacional de Antropología e História / Oaxaca, México.

Denise Maldi
Universidade Federal do Mato Grosso / Cuiabá, Brasil.

Esteban Krotz
Universidad Autonoma de Yucatán Yucatán, México.

Giralda Seyferth
Museu Nacional
Rio de Janeiro, Brasil.

José Matos Mar
Instituto Indigenista Interamericano
México D.F, México

Juan Ossio A.
Pontifícia Universidad Católica
Lima, Peru.

Marília Pontes Spósito
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Miguel Alberto Bartolomé
Instituto Nacional de Antropología e História / Oaxaca, México.

Nelly Arvelo-Jiménez
Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas
Caracas, Venezuela.

Rigoberto Rivera
Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais / Recife, Brasil.

Russell Parry Scott
Universidade Federal de Pernambuco / Recife, Brasil.

Segundo Moreno Yánez
Pontifícia Universidad Católica
Quito, Ecuador.

Scott William Heofle
Pontifícia Universidade Católica
Rio de Janeiro, Brasil.

Colaborador

(ad referendum do Conselho de Representantes)

Aderval Costa Filho
Universidade Federal do Mato Grosso / Cuiabá, Brasil.

Institucionais

Colégio de Antropólogos y Linguistas de Pichincha
Quito, Ecuador.

Departamento de Antropología y Linguistas de Pichincha
Quito, Ecuador.

Departamento de Antropología Pontifícia Universidad Católica
Quito, Ecuador.

Museo de Arte Prehistórico "Carlos Zevallos Menendez"
Casa de la Cultura Ecuatoriana/ núcleo de Guayas / Guayaquil, Ecuador.

Museo Banco Central del Ecuador
Quito, Ecuador

Programa de Pós-graduação em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Porto Alegre, Brasil.

ASSOCIE-SE À ALA

APRESENTE A ALA AOS SEUS COLEGAS DE PROFISSÃO.

Veja como afiliar-se:

Indivíduos: carta ao Secretário Geral indicando dois antropólogos que possam referendar a solicitação, com cópia do curriculum vitae.

Instituições: carta ao secretário geral indicando número de antropólogos vinculados à entidade e principais atividades em curso, com cópia dos estatutos ou outro documento que descreva a sua estrutura e finalidades.

ANUIDADES: Individual US$20,00 Correspondente e Institucional US$50,00 (ou o equivalente na moeda do país de onde será feito o pagamento).

TENDENCIAS ACTUALES DE LA INVESTIGACIÓN ANTROPOLÓGICA EN LA ARGENTINA

CARLOS HERRAN, Director del Instituto de Ciencias Antropológicas de la Universidad de Buenos Aires.

I. Introducción.

En esta breve presentación intentaré ofrecer un panorama muy general de las principales líneas de investigación que se desarrollan actualmente en la antropología argentina. Razones de espacio no me permiten exponer en detalle su contexto histórico y político: debo anotar sin embargo que el principal asiento de la actividad antropológica en Argentina son las Universidades Nacionales, y que éstas estuvieron intervenidas por el Poder Ejecutivo desde 1966 a 1986. Esta injerencia del poder político sobre las estructuras académicas ha sido una fuente permanente de inestabilidad, especialmente para las ciencias sociales, consideradas por los gobiernos autoritarios como un peligro potencial para la Nación.

Comenzamos con las condiciones globales de la producción científica en Argentina: las dos principales fuentes de financiamiento de la investigación son las Universidades Nacionales (siete de ellas con carreras de grado en Antropología), y el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de la Nación (CONICET). Desde el retorno a la democracia en 1984, las Universidades han conseguido mantener un alto grado de autonomia, mientras que el CONICET estuvo mucho más expuesto a las discontinuidades derivadas de los recambios políticos.

Las universidades, por su parte, crearon a partir de 1984 programas de apoyo a la investigación científica, consistentes en becas de investigación para graduados y estudiantes, y subsidios para profesores-investigadores. Estos programas tienen sin embargo un alcance cada vez más limitado, puesto que si bien las universidades conservan hasta ahora su autonomia, han sido sometidas a recortes presupuestarios que significaron, por ejemplo, que en la mayor de ellas, (Universidad de Buenos Aires) se destine a salarios el 90% del presupuesto, quedando el resto para gastos de funcionamiento, equipamiento de bibliotecas, conservación de edificios y programas de investigación.

Dado que no todas las subdisciplinas antropológicas tuvieron la misma continuidad, considero conveniente tratarlas por separado, dejando en claro que pondre mayor enfasis en la antropología social, por tener conocimiento más directo de esta especialidad. Del mismo modo, puedo informar en más detalle acerca de las actividades de investigación desarrolladas en la Universidad de Buenos Aires, que si bien constituye el núcleo principal y más numeroso de investigaciones antropológicas, no es en modo alguno el único. Debido a limitaciones de tiempo y espacio, no trataré el desarrollo de la arqueología en la Argentina. Esta subdisciplina ha tenido mayor continuidad que otras, habiendo alcanzado un interesante nivel tecnico, y un considerable grado de autonomia que justificarían su tratamiento por separado.

Considero que este informe se dirige principalmente a los colegas latinoamericanos, que conocen muy poco de la antropología



argentina, en parte por una incomunicación de varias décadas, (que afortunadamente hoy se intenta superar con iniciativas como la Asociación Latinoamericana de Antropología), y en parte por la escasa producción escrita. Por ello hemos adoptado una modalidad bastante descriptiva, en la qual las definiciones sinteticas de los objetivos y metodos de los proyectos han sido producidas en gran parte por los actores mismos. La antropología argentina se halla en pleno proceso de formación: en consecuencia una evaluación crítica requiere aun de un proceso de elaboracion basado en el diálogo, la discusión y un grado de conocimiento mutuo caracteristicos de una comunidad cientifica que todavía está en vias de constituirse. En pocos años han proliferado más allá de lo abarcable las investigaciones, tesis, becarios y publicaciones.

2. La antropologia social.

Es inevitable preguntarse sobre las causas del tardio desarrollo de esta disciplina, en un medio en que otras ciencias sociales (notablemente la sociología, pero también la historia social) alcanzaron desde mediados de los 60 un nivel académico notable, con figuras como Gino Germani, José Luis Romero, Tulio Halperín Donghi, Eliseo Verón, José Nun, Ernesto Laclau, Miguel Murmis y Juan Carlos Portantiero, entre otros. Evidentemente, para los etnólogos a la europea que prevalecieron en las etapas formativas de los estudios antropológicos argentinos, no había punto de contacto alguno con las ciencias sociales, que se encuadraban bajo el rótulo de positivistas, opuestas por lo tanto a las orientaciones historicistas prevalecientes.

Por otra parte, se trataba de estructuras académicas cerradas. Algunos antropólogos sociales que realizaron trabajo de campo en la Argentina (como Arnold Strickon, Alison MacEwen y Rubén Reina) no tuvieron contacto alguno con el medio universitario: ni siquiera reuniones sociales o para conocer investigadores o estudiantes. En 1963, invitado por el Departamento de Sociología Ralph Beals dictó el primer curso de Antropología Social en la Universidad de Buenos Aires. Como profesor visitante hubiera tenido oportunidades de ser invitado a conocer nuestras investigaciones antropológicas, sin embargo fue totalmente ignorado.

Dos años después, regresa a la Argentina Esther Hermitte. Participante del proyecto Chiapas de la Universidad de Chicago, doctorada con una tesis, sobre poder sobrenatural y control social dirigida por Julian Pitt-Rivers, tuvo un breve paso por la Universidad de Buenos Aires, a la que renunció junto con centenares de colegas luego que la policía tomara la Facultad de Ciencias Exactas por asalto golpeando brutalmente a profesores y estudiantes. El escaso semestre que enseño en la universidad le permitió advertir las carencias de la antropología local: hiper-desarrollo de la teoria unida a una desactualización teórica de varias décadas, y ausencia de trabajo de campo prolon-gado realizado bajo condiciones de control metodológico. Desde fuera de la universidad fue creando a lo largo de casi veinte años un reducido grupo de discípulos, disímiles entre sí, pero dotados de una base común en lo que hace a su concepción de cómo trabajar en antropología: podemos mencionar a Leopoldo Bartolomé, Mauricio Boivin, Rosana Guber, Nora Garrote, Alejandro Isla, Carmen Guarini y al autor de este trabajo. Sus investigaciones en el noroeste argentino, reflejaron en su momento la ten-dencia dominante en los estudios campesinos: el estudio de las relaciones de clientela y su proyección política constituyó la línea general de sus intereses, siempre a partir de una minuciosa observación de la vida cotidiana y de las relaciones familiares y comunitarias. A diferencia de las investigaciones clásicas de corte funcionalista, asignó importancia a la evolución histórica de la sociedad estudiada, realizando estudios de demografia con proyección temporal hasta fines del siglo XVIII. Estimo que entre las influencias decisivas en esta forma de encarar el trabajo podemos señalar la de Eric Wolf. Proveniente de una tradición etnográfica tan importante como la de Chicago, a lo largo de toda su enseñanza recupera principalmente la obra de E. Goffman, aunque la provección a la sociedad global de sus estudios la condujo siempre más allá de los alcances microsociales del interaccionismo simbólico o la etnometodologia.

A mediados de la década del 70 parecían tener posibilidades de consolidarse las investigaciones antropológicas sobre el campesinado. Leopoldo Bartolomé realiza estudios en la frontera nordeste (limítrofe con Brasil y Paraguay) acerca de la explotación agrícola familiar, casi al mismo tiempo que lo hace Eduardo Archetti en el Norte de Santa Fe y Hebe Vessuri y Santiago Bilbao en Tucumán. El golpe militar de 1976 desarticula todo intento de crear una antropología proyectada hacia los problemas actuales de la sociedad argentina, y el exilio de algunos y la proscripción de otros impide que estos investigadores estén en condiciones de transmitir sus conocimientos, de reproducir en forma ampliada su formación y su experiencia.

En 1974, Bartolomé crea en la Universidad de Misiones la primera Licenciatura en Antropología Social. Con escaso número de alumnos y profesores, sobrevive a la dictadura y se consolida definitivamente a partir de 1984. Desarrolla entre sus lineas de trabajo, estudios sobre la pobreza urbana, principalmente a partir del estudio de las estrategias de supervivencia de la población afectada por la represa de Yacyretá; estudios sobre la producción agrícola familiar, y en menor medida, sobre la población aborigen. Las investigaciones que se realizan en Misiones tienen un caracter eminentemente regional, desde una perspectiva que intenta integrar los trabajos de campo con aproximaciones teóricas múltiples, partiendo de la antropología (en el caso de Bartolomé con influencia de los modelos sistémicos), pero integrando en sus análisis modelos sociológicos (discusión sobre marginalidad, sector informal de la economia, y desarrollo regional y urbano).

Los cambios más notables en el campo de la antropología social se han registrado en el Instituto de Ciencias Antropológicas de la Universidad de Buenos Aires. A princípios de 1984 contaba con un reducido numero de investigadores con orientación en etnologia, arqueología y folklore. En dicho año se crea la Sección Antropología Social, siendo quien esto escribe su primer director. La orientación, hasta entonces inexistente y casi proscripta en la Universidad contó con el apoyo de las nuevas autoridades del CONICET, y comenzó una etapa de organización y crecimiento casi explosivo. En 1986, el Segundo Congreso Argentino de Antropología Social recibió alrededor de 250 trabajos, provenientes de diversos puntos del país, y algunos del extranjero, especialmente latinoamericanos.

Es difícil aun caracterizar globalmente a la antropología social que se practica en la Argentina. La articulación entre los sectores subaltemos y el Estado, las nuevas formas de violencia de los aparatos estatales y su constitucion ideologica, son algunos de los temas que surgen en los proyectos que van apareciendo día a día.

Es difícil aun caracterizar globalmente a la antropología social que se practica en la Argentina. Pero, me animo a decir que por lo menos en Buenos Aires, casi todos los proyectos presentan una perspectiva "constructivista", no necesariamente seguidora de Pierre Bourdieu (quien es de todos modos leído y citado). Creo que más bien se trata de realizar la etnografía de la constitución de modelos hegemónicos, ir desde la antropología a aquello que Therborn denomina "como domina la clase dominante". Pero no por ello se descuidan las practicas sociales, las resignificaciones y el aprendizaje cotidiano a través de las estrategias de vida de los grupos subalternos (negociacion y transaccion son conceptos importantes en esta antropología que comentamos). La articulación entre los sectores subalternos y el Estado, las nuevas formas de violencia de los aparatos estatales y su constitucion ideologica, son algunos de los temas que surgen en forma continua en los proyectos que van apareciendo día a día.

En su Memoria Anual 1990/91, la Seccion Antropología Social registra las siguientes áreas temáticas.

a) Antropologia Urbana.

Organizada en forma de Programa, integra actualmente un conjunto de proyectos focalizados en población urbana con necesidades básicas insatisfechas. Apunta a reconstruir desde la antropología, la dinámica de la reproducción social, a través de la lucha por los consumos colectivos (especialmente el acceso a la salud, la vivienda y la educación), la articulación de los sectores populares con el Estado, y el papel que cumple el asistencialismo estatal y privado en las estrategias reproductivas de la población. El Programa, dirigido por Carlos Herrán, cuenta con el asesoramiento de Gerard Althabe, de la Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.

b) Antropología de la Salud y Enfermedad.

Comprende un grupo de investigaciones bajo la dirección del sociólogo Hugo Mercer, y la antropóloga Mabel Grimberg. El proyecto actualmente en curso se denomina "Condiciones de salud y respuesta social". Se encara esta temática desde dos áreas: salud de los trabajadores y servicios de salud, centrandose teóricamente en las categorías de construcción social de la salud-enfermedad, hegemonía y transacción. El marco teórico general se base en que: la respuesta social resulta de una construcción analizable en sus dimensiones economico-social, política e ideológica; que esta construcción se produce desde relaciones sociales de desigualdad, institucionalizando y consolidando como hegemónico un modelo de salud-enfermedad; que esta construcción hegemónica reconoce en su manifestación empírica distintas modalidades históricas y subyace en las formas institucionales (pública, privada, obras sociales); y que las prácticas de los actores sociales revelan rasgos del modelo, así como reelaboración, impugnación y autonomía no funcional.

Entre las influencias teóricas de esta orientación, destacamos la de Eduardo Luis Menéndez, antropólogo argentino radicado en Mexico, quien ha mantenido frecuentes contactos con este grupo de investigación espe-cialmente a partir de 1984.

c) Estudios rurales.

El Instituto desarrolla proyectos de investigación en la provincia de Entre Rios bajo la dirección de Mauricio Boivin, estudiando principalmente los sistemas de actividad de trabajadores rurales que son a la vez cazadores y pescadores en la costa del Rio Paraná. Los proyectos individuales se articulan alrededor de la problematica de la estructura económica y las políticas de intervención del Estado.

Como señalamos anteriormente, se trata de un área de escaso desarrollo en la antropología nacional, que luego de la dictadura militar resurgió con un fuerte énfasis en temas vinculados a las problemáticas urbanas, salud, educación y trabajo.

d) Estudios de población indígena.

Desde la antropología social, se realizan estudios sobre el impacto de la relocalización de población indigena por represas hidroeléctricas en la region patagónica (mapuches),(investigador Juan Carlos Radovich), estudios de procesos de articulación interétnica en el Chaco centro occidental, investigador Hugo Trinchero). El estudio de Liliana Tamagno sobre indigenas residentes en áreas suburbanas de Buenos Aires, es bastante representativo de las tendencias actuales en la antropología argentina: trabajando con grupo toba plantea la cuestion de la identidad y las identificaciones. A través de un interes teórico centrado en la problematica de la construccion social de las categorias étnicas, se plantea que significa ser indigena en la Argentina de hoy, de qué manera la identificación étnica se presenta en uma interrelación compleja con otras identificaciones; la actualización étnica en relacion con los reclamos indigenas; el componente étnico en las políticas de promoción

social, y los efectos de la nueva legislacion aborigen sobre las estrategias de estos grupos.

e) Antropología y educación.

Con proyectos dirigidos por Maria Rosa Neufeld y Graciela Batallán, se desarrollan proyectos destinados a explorar al papel de la educación formal y la escuela como institucion dentro de las estrategias familiares de vida de población semirrural; la reconstrucción etnográfica del proceso de socialización de la niñez escolarizada la articulación entre familia y escuela y la participación de los docentes en la definición de políticas educativas.

El estudio sobre indigenas residentes en áreas de Buenos Aires es bastante representativo de las tendencias actuales, evidenciando la cuestion de la identidad y las identificaciones. A través del interes por la construccion de las categorias étnicas, se plantea que significa ser indigena en la Argentina de hoy.

f) Otros estudios.

Se realizan en el ambito de la Seccion Antropología Social un proyecto colectivo sobre "Comunidades científicas: teorias, paradigmas y programas de investigación", dirigido por Félix Schuster y Cecilia Hidalgo. La investigación tiene especial enfasis en la área antropológica, realizandose investigación de campo entre los antropólogos profesionales argentinos.

Asimismo la orientación en Antropología y Criminología, se dirige al análisis de la operatividad concreta de las agencias del sistema penal: agencia policial, judicial y penitenciaria, con especial enfasis en las políticas de control social punitivo, e historicidad de los procesos de estigmatización y victimacion. Dirige este proyecto Sofía Tiscornia.

3. Antropología biológica.

Hasta 1983 los estudios de antropología física se remitían en la Universidad de Buenos Aires a obsoletas y escasas investigaciones antropométricas. A partir de 1985, con la incorporacion de Raul Carnese se crea un programa de investigaciones que incluye además de estudios de genetica de poblaciones, especialmente población aborigen, estudios vinculados a la dimension social: un estudio bioantropológico de las pautas matrimoniales (endo-exogamia y consanguinidad) de la inmigracion española en diferentes áreas de la ciudad de Buenos Aires (1895-1930), con la participacion del Prof. Gomez de la Universidad de Oviedo; un estudio sobre nutricion infantil en población carenciada del Gran Buenos Aires corelacionada con aspectos socioeconomicos y otros de corte más clásico como el "Estudio comparativo de poblaciones aborígenes argentinas y brasileñas por medio de marcadores genéticos y antropometricos" (Con la participacion de Francisco Salzano, de la UFRGS).

4. Etnología.

La Etnología fue una de las especialidades dominantes en la Argentina hasta 1983. Se trataba de una etnología reconstructivista, y curiosamente con escasa etnografía. Alguna vez escribí que se realizaban trabajos de campos premalinowskianos, eso significa breves, confiando en el uso de informantes bilingues, y trabajando el lenguaje a nivel de lexico, tratando de descifrar el contenido simbolico de algunos conceptos, pero sin poder tener la necesaria inmersion que condujera a conectarlo con las practicas. Se adoptó como línea teórica la versión vernácula del método fenomenológico (derivado de historiadores de la religión, notablemente van der Leeuw, Rudolf Otto y Mircea Eliada). Ello desemboca en una posición relativista extrema, en que se cuestiona la posibilidad de dar una versión universalizable de la cultura indigena: la sola imposicion de categorias del pensamiento occidental desfigura la esencia de toda otra cultura. Notablemente una de las pocas nomografias etnográficas de largo aliento producida

por esta escuela (Bormida y Califano: "Los indios ayoreo del Chaco Boreal". Buenos Aires, FECIC, 1978), luego de haber proclamado el credo relativista, decide describir la cultura indigena prolijamente utilizando a lo largo de todo el libro la guía Murdock.

Mientras que los continuadores de las enseñanzas de Bormida se nuclean en el Centro Argentino de Etnología Americana (CAEA), fuertemente apoyado por el CONICET, sobre todo hasta 1984 y despues de 1989, el Instituto de Ciencias Antropológicas de la Universidad de Buenos Aires, alberga a algunos investigadores formados por Bormida, pero luego distanciados de su núcleo de trabajo. Edgardo Cordeu y Alejandra Siffredi han desarrollado una línea de trabajo proxima a la antropología simbólica, con claras influencias estructuralistas, que ultimamente ha derivado hacia los procesos de contacto interétnico de poblaciones indigenas en las zonas chaqueña y patagónica.

5. Etnohistória.

Especialidad inexistente hasta 1984, se dasarrolló vigorosamente a partir de esa fecha por acción de Ana Maria Lorandi. El pequeño grupo de investigadores en formación bajo su dirección desarrolla un proyecto sobre etnohistória del área andina meridional. Se estudian las transformaciones sociales en dicha área, incluyendo las estrategias de los indios del centro y sur boliviano: las adaptaciones impuestas por los incas y las readaptaciones a las nuevas situaciones coloniales en contextos comunitarios y de haciendas. Los estudios sobre los indigenas del noroeste argentino se ocupan de definir la estructura política y las relaciones con la sociedad hegemónica, antes y después de las grandes desnaturalizaciones del siglo XVII. Se analizan también los problemas de mestizaje interetnico y los movimientos sociales indios vinculados al personaje de Bohorquez (la utopia del falso inca).

6. Folklore.

Un grupo reducido de investigadores nucleados alrededor de la Profesora Martha Blache (constituido también a partir de 1984), trabaja fundamentalmente con modelos derivados de la semiotica de la cultura (Entre sus influencias podemos señalar a Thomas Sebeock).

En la actualidad se integran en el proyecto "Estudios de las modalidades participativas de los grupos folkloricos y su relacion con el contexto social que los enmarca". Algunos subproyectos dentro de este marco general, incluyen estudios de migrantes coreanos residentes en Buenos Aires, y migrantes bolivianos tambien residentes en la ciudad capital.

7. Publicaciones.

Hasta 1984 solo existia en la Universidad de Buenos Aires la Revista RUNA (Archivo para las ciencias del hombre), dedicada principalmente a Arqueología y Etnología. Otras Revistas de antropología eran ANALES de la Universidad de Cuyo (arqueológica e etnológica) y RELACIONES de la Sociedad Argentina de Antropología (casi exclusivamente arqueológica). A partir de 1988 comienza la publicación de CUADERNOS DE ANTROPOLOGIA SOCIAL, organo de la Sección del mismo nombre. En la actualidad sólo el Instituto de Ciencias Antropológicas de la Universidad de Buenos Aires publica además de RUNA y CUADENOS DE ANTROPOLOGIA SOCIAL, MEMORIA AMERICANA (Revista de Etnohistoria), ARQUEOLOGIA (Revista de la Sección Prehistoria), CUADERNOS DE FOLKLORE y, dentro del ambito de la misma Universidad, CUADERNOS DEL MUSEO ETNOGRAFICO. ◆

LEITURAS

ANTROPOLOGIA EN LA ARGENTINA

Bibliografia especialmente preparada por HUGO RATIER

BARTOLOMÉ, Leopoldo. "La Antropología Argentina: problemas y perspectivas". En: América Indígena, México, año XL, Vol. XL. nº 2, abr-jun 1980; pp. 207-216

____"Panorama y perspectivas de la antropología social en la Argentina". En: Desarrollo Económico, Buenos Aires 22 (87), 1982; pp 409-420.

BOSCHI, María Teresa y LLAMAZARES, Ana María. "La Escuela Histórico-cultural como factor retardatario del desarrollo científico de la Arqueología Argentina". En: Etnía, Olavarría, nº 32, jul-dic 1984; pp. 101-156

FERNANDEZ, Jorge. "Historia de la arqueología argentina". En: Anales de Arqueolgía y Etnología. T. XXXV, Años 1979-80, Mendoza.

GARBULSKY, Edgardo Ovidio. José Imbelloni, Positivismo, Organicismo y Racismo. Rosario, Universidad Nacional de Rosario, Cuadernos de la Escuela de Antropología nº 3/87, 1987.

GONZALEZ, Alberto Rex. "Cincuenta años de arqueología del noroeste argentino (1930-1980): apuntes de un casi testigo y algo de protagonista". En: American Antiquity, vol. 50, nº 3, 1985

HERRAN, Carlos. Antropología Social en la Argentina: Apuntes y Perspectivas. México, El Colegio de México, Mayo 11-14, 1987. Mimeo.

JORNADAS DE ANTROPOLOGIA: 30 años de la carrera en Buenos Aires (1958-1988). Buenos Aires, UBA, Facultad de Filosofía y Letras, 1989.

LAFON, Ciro René. Nociones de Introducción a la Antropología. Buenos Aires, Editorial Glauco,1976.

MADRAZO, Guillermo B. "Determinaciones y orientaciones en la antropología Argentina". En: Boletín del IIT, Buenos Aires, UBA, FFyL, Instituto Interdisciplinario Tilcara, 1985.

RATIER, Hugo E. Antropología Social en Argentina y Brasil: teorías y prácticas. Rio de Janeiro, 1983, Ms. Ponencia al 1er. Congreso Argentino de Antropología Social, Posadas, set. 1983.

___ Construcción de la antropología social en la Argentina. Buenos Aires, nov. 1986. Mimeo. Ponencia al Seminario-Taller: Antropología, disciplina científica y práctica profesional. La Plata, nov. 1986.

STAGNARO, Adriana A. La antropología en la comunidad científica: entre el origen del hombre y la caza de cráneos-trofeo 1870-1910. Mimeo. Buenos Aires, 1992.

TISCORNIA, Sofía y GOLIER, Juan Carlos. Hermenéutica y fenomenología. Exposición crítica del método fenomenológico de Marcelo Bórmida. En: Etnía, Olavarría, nº 31, 1984. ◆

ANTROPOLOGÍA, DEMOCRACIA Y DICTADURAS

CONFORMACIÓN DE UN CAMPO PROFESIONAL EN LA ARGENTINA

HUGO E. RATIER
Profesor titular de la Universidad de Buenos Aires y Director del Instituto de Investigaciones Antropológicas de Olavarría.

En 1983, exilado en Brasil, recibi desde Misiones, Argentina, una invitación para participar en el Primer Congreso Argentino de Antropología Social. Llevaba seis años en el vecino país, integrado a su vida académica y cursaba el doctorado en el prestigioso Museo Nacional. Al examinar el temario recuperé - gracias al contraste - el antiguo aire de familia de la antropología de mi patria, diferente a la que se practicaba en el país de adopción, e inicié algunas reflexiones al respecto que se convertirían en mi ponencia para el Congreso (Ratier, 1983).

Ese encuentro de Misiones era un desafío. Se realizó en las postrimerías de la dictadura militar genocida y convocó a los antropólogos a resucitar la rama maldita de su disciplina, la que todos los autoritarismos pretendieron eliminar: la antropología social. Había rabia militante en el llamado y se podían leer en él antiguas preocupaciones, esas que nos inquietaron cuando estudiantes y que quisimos resolver como profesionales. Rastrear esas peculiaridades me ha ocupado, casi sin quererle, en todos estos años en que el regreso y sus consecuencias obligan a la reflexión.

A diferencia del brasileño, el antropólogo argentino considera a su propia profesión como un compromiso. Este debe expresarse siempre en el dictado de materias, la elección de temas de investigación, la fuente de financiación a la que se apele. El rol profesional le inquieta. En los encuentros brasileños

casi no ocupa espacio en el temario y su dilucidación no concita interés. Desde 1972 los antropólogos argentinos se nuclean en un Colegio de Graduados que defiende sus intereses corporativos y ha luchado por mantener viva la profesión. En Brasil el tema se plantea muy marginalmente. Allí la "academia" y el mundo externo se separan, sin que ello signifique falta de compromiso político. En la Argentina la propia delimitación de un campo académico independiente suena extraña, y autodenominarse "intelectual" parece pedantería o insulto. Aunque se está atemperando últimamente, la recepción de fondos por parte de instituciones de Estados Unidos (la Fundación Ford, por ejemplo) suscita enorme desconfianza. Todas esas diferencias tienen que ver con dos historias distintas, con regímenes autoritarios más o menos tolerantes hacia nuestra ciencia, con trayectorias diferentes que procuraremos rastrear.

El proyecto modernizador que la generación llamada del 80 pone en marcha en la Argentina de fines del siglo XIX, no estaba preocupado por la población. Ésta debería ser reemplazada por inmigrantes europeos. Ni el criollo ni el indio tenían lugar asignado en el país futuro. Es más: este último debía ser exterminado para poder ocupar su territorio. Los precursores de nuestra antropología eran concientes de ello. Como naturalistas ofrecieron al Ejército preciosas informaciones sobre la población enemiga. Trabajaban como etnólogos coloniales autocomparándose con Livingston en Africa (Moreno, 1893), concientes que colaboraban para el exterminio de esas gentes que los acogían. El indio bueno era el indio muerto, y urgía reducir a tal estado a los que aún vivían. Estanislao Zeballos (1854-1923) que llegó a canciller de la República, y Francisco P. Moreno (1852-1919) incursionaron por las fronteras indígenas, ávidos por cosechar cráneos (1).



(1) - "Abundante cosecha hice de cráneos y esqueletos en los cementerios de los indígenas que vivían sometidos en las inmediaciones del Azul y de Olavarría...", dice Francisco P. Moreno (Por un ideal, La Plata, Talleres del Museo de La Plata, 1893: 66). La caza de cabezas sobrecogía a indios y militares. Zeballos también saqueaba cementerios y degollaba cadáveres en el campo de batalla para llevarse el cráneo. Ante el horror de un teniente, lo apostrofa: "... si la civilización ha exigido que ustedes ganen entorchados persiguiendo la raza y conquistando sus tierras, la ciencia exige que yo la sirva llevando los cráneos de los indios a los museos y laboratorios. La barbarie está maldita y no quedarán en el desierto ni los despojos de sus muertos" (Zeballos, Viaje al país de los araucanos. Buenos Aires, Hachette, 1960: 201).

Florentino Ameghino (1854-1911) se destaca en el horizonte intelectual de la época, alcanzando un nivel científico comparable al de sus colegas europeos. La desautorización pública de su teoría del origen americano de la Humanidad por Hirdlicka en 1910 haría retroceder la técnica arqueológica, que no se recuperaría hasta la segunda mitad del siglo. Esta y otras polémicas que conmovían el ambiente científico remitían siempre a poblaciones extinguidas. Aún naturalistas como Juan B. Ambrosetti (1865-1917) que dejan observaciones sobre grupos indígenas e inauguran el interés por los campesinos desde el Folklore, terminan dedicándose a la arqueología. Si contabilizamos los sabios extranjeros que nos visitan o se radican entre nosotros, también es mayor el número de arqueólogos.

Una excepción es Alfred Metraux, director desde 1928 del recién creado Instituto de Etnología de la Universidad de Tucumán, núcleo académico situado en el Noroeste. Con él trabaja un autodidacta, Enrique Palavecino (1900-1966), tal vez nuestro único etnógrafo clásico, que obtiene sus datos en la convivencia con poblaciones indígenas chaquenses. No dejará discípulos y también se ocupará de arqueología.

▷

Pero será en Buenos Aires y La Plata donde se concentrará la actividad universitaria en antropología. Desde 1916, pero con mayor fuerza en 1930, desarrolla su influencia el antropólogo italiano José Imbelloni. Si bien con un pasado que lo vincula al positivismo, el biologismo social y el racismo (Garbulsky, 1987) se filiará a la reacción neoidealista que acompaña, en esos años, a gobiernos conservadores y fraudulentos. Introduce y propaga los postulados de la escuela histórico-cultural o Escuela de Viena cuyas doctrinas llegan a ser prácticamente incontestadas en el ámbito antropológico. Este predominio es fundamental para entender el desarrollo posterior de la antropología argentina.

Imbelloni se filia, en su momento, al movimiento peronista que llegará al poder, elecciones mediante, en 1946. Dentro de éste representa al sector de derecha, fascistizante y elitista, que poco tiene que ver con otros estudiosos peronistas interesados en la causa popular y antimperialista (Scalabrini Ortiz, Jauretche, Hernández Arregui). En 1946 Sergio Sergi le recomienda al recién llegado Marcelo Bórmida, ex-oficial del Duce en Italia, quién cursa sus estudios en Buenos Aires para complementar su formación biológica con un profesorado en Historia.Juntos emprenderían expediciones etnográficas a Patagonia orientados por un marco teórico difusionista extremo. Su preocupación: el poblamiento de América, o lo que Herrán denomina "el enigma del hombre americano" (Herrán, 1987).

En 1948 llega otra figura: el prehistoriador austríaco Osvaldo Menghin, ex-ministro de Educación de su país durante el Amsschluss con Alemania a quién le tocó, entre otras cosas, firmar la expulsión de Freud de la Universidad de Viena. Menghin renueva la arqueología reintroduciendo métodos rigurosos en su ejercicio y coincidirá, incluso en una excavación conjunta, con otro arqueólogo, formado en Estados Unidos, Alberto Rex González.

En 1955 un golpe de Estado derriba al gobierno peronista y con él cae Imbelloni. No obstante, el predominio histórico-cultural continua en Buenos Aires incólume. En la Universidad se reimplantan los principios reformistas de 1918 (gobierno tripartite de docentes, estudiantes y graduados; órganos colegiados de dirección; elección directa de autoridades). Soplan vientos desarrollistas en el continente y la proscripción del peronismo permite el triunfo electoral de Arturo Frondizi, en 1958. En lo académico se trata de modernizar el campo de las antiguas "Humanidades" poniendo en marcha carreras universitarias más pragmáticas: Sociología, Psicología, Ciencias de la Educación, Antropología. Ellas deberían ayudar a diagnosticar y resolver los problemas inherentes al ansiado "desarrollo".

Antropología desentona en ese proyecto. Alberto Rex González recuerda que en esa época habían regresado al país tres antropólogos graduados en Columbia y Chicago, en Estados Unidos, y en la prestigiosa London School of Economics. No fueron consultados. Es así como la nueva carrera de Buenos Aires, creada muy poco después que la de La Plata, nace en 1958 en base a los preceptos de la obsoleta Escuela de Viena sin que sus alumnos frecuenten siquiera a autores culturalistas, funcionalistas o estructuralistas. Para conocerlos debían cursar materias de la carrera de Sociología, esa sí montada en moldes anglosajones. En base al método etnológico de Graebner y a la determinación de ciclos culturales, la misión de los antropólogos

(2) - *"Un indio, o sirve como testimonio histórico o para justificar una sociedad de beneficencia". Marcelo Bórmida, comunicación personal, 1962.*



debía ser la búsqueda de origenes y el trazado de las vías de difusión de bienes culturales. Metodológicamente se prescribía el trabajo con ancianos, en las tribus indígenas, ya que los jóvenes no conocían lo único que interesaba: el pasado, al que se habría de llegar por la llamada "etnografía mnemónica"(2). Entre campesinos lo único que se rescataba era el folklore, solamente hallable - se enseñaba - en remotos caseríos.

No mucho mejor se encontraba el curso de La Plata. La tradición naturalista imponía materias como Química, Física, Botánica, Zoología, pero la etnología bebía en fuentes histórico-culturales a través de profesores como Armando Vivante, discípulo de Imbelloni. En el área arqueológica, si bien intervino Menghin, Alberto Rex González imponía su influencia. Fue él quién trajo desde Córdoba, hacia 1966, al primer profesor de Antropología Social, José Cruz, al que sucedería, en 1967, Mario Margulis.

Esta última disciplina concitaba el interés de todos los no arqueólogos. Los histórico-culturales la confundían con antropología aplicada y no creían en ella. Quienes pretendían cultivarla no la concebían tampoco en términos de la antropología social británica. La iban definiendo casi míticamente como una ciencia social comprometida con problemáticas actuales, útil para entender la realidad presente y ayudar a modificarla. La búsqueda de esa antropología social distinta era apoyada desde un mercado de trabajo externo poco interesado en reconstrucciones históricas hipotéticas. Los primeros egresados buscaron por sí mismos esa ciencia social diferente. Desde grupos de pares y sin maestros reconocidos, autogestionaron su formación de posgrado.

Alberto Rex González, arqueólogo,influyó enormemente en favor de la antropología social. Neoevolucionista, alumno en Columbia de Steward, Leslie White, Kroeber, Ruth Benedict, supo formar un grupo de discípulos que actuó en Córdoba, Rosario - donde sería creada, en 1968, una licenciatura en Antropología - y La Plata, a quienes apoyó y asistió en todo momento. Hacia 1966 Rex González se acercó a estudiantes y recientes graduados de Buenos Aires.

Antropología Social no era especialidad en Buenos Aires. Sí Arqueología, Etnografía y Folklore. Estudiantes y graduados presionaran para modificar esto, y consiguieron imponer un cambio de currículo. Algunos ocuparon cátedras. Esther Hermitte, posgraduada en Chicago y discípula de Sol Tax consiguió acceder a una de ellas por concurso. Ya era tarde. Primero un golpe de Estado desaloyó el gobierno electo de Arturo Illia. Tiempo después la dictadura del general Onganía produjo lo que se llamó "la noche de los bastones largos": invasión y apaleo de docentes y estudiantes. La respuesta fue una ola de renuncias - pensando en dejar la tierra arrasada frente al enemigo - sin efectos prácticos. Todo lo que fue renovación cesó y el grupo liderado por Marcelo Bórmida comenzó uno de sus tantos romances con los regímenes dictatoriales.

Muchos antropólogos dejan el país. Otros resisten desde centros privados alternativos, o abandonan temporariamente la profesión. Hay rigurosa discriminación en la esfera académica e impera la censura bibliográfica en las cátedras. Sin embargo

▷

circunstancias coyunturales permiten aprovechar ciertos resquicios del sistema. El regimen debe ceder terreno y hasta aceptar elecciones sin el peronismo proscripto. La reacción popular, la politización, hasta la lucha armada, se generalizan. Hacia el final del período - 1971 - un grupo desplazado de Buenos Aires, liderado por Eduardo Menéndez crea la innovadora carrera de antropología de Mar del Plata (3). Leopoldo Bartolomé intenta lo mismo en Misiones. Los cursos se iniciarían allí en 1975 y serían solo de antropología social.

(3) - La Licenciatura de Mar del Plata incorpora la partición en dos especialidades: arqueología y antropología sociocultural. Introduce la temática campesina, la historia social y un concepto de etnografía amplio, que incluye tanto indígenas como obreros o campesinos en el análisis de formaciones económico sociales.

Vista en perspectiva, la dictadura de Onganía-Lanusse sería una "dictablanda". Muchos antropólogos consiguen subsistir en empleos estatales iniciándose en una antropología de gestión que crece aislada de la académica, en especial en el área de Salud, Bienestar Social y promoción agrícola. En los egresados de Buenos Aires se advierte, en sus primeros trabajos un sesgo folklorizante del que procuran librarse. Es que el área de Folklore resultaba la más cercana a una problemática nacional y permitía incursionar en lo campesino. Augusto Raúl Cortazar, impulsor del Folklore científico, era el traductor de Malinowski al castellano y trabajaba en moldes funcionalistas, con mucho énfasis en el trabajo de campo. En el océano histórico-cultural una isla funcionalista era casi territorio liberado. Tanto Cortazar como quienes le sucedieron: Susana Chertudi y Marta Blache, ofrecieron espacios para los antropólogos sociales.

A todo esto Marcelo Bórmida había derivado, teóricamente, desde el difusionismo austríaco hacia una particular versión de la fenomenología (que algunos críticos prefieren llamar "fenomenografía"), munido de la cual impulsó la etnología de grupos chaquenses y amazónicos. Dentro de esa orientación consiguió formar discípulos, armar el Centro Argentino de Etnología Americana (CAEA) y conseguir fondos nacionales e internacionales, desde su cargo en el Consejo de Investigaciones Científicas y Técnicas.

El triunfo peronista de 1973 lo obliga a retirarse temporariamente.En la universidad sobreviene un breve período tumultuoso y polémico. Hegemonizan la conducción las llamadas cátedras nacionales, gestadas en el último período dictatorial, imaginativo intento de compatibilizar el nacionalismo popular de los grandes movimientos sociales con vertientes de izquierda marxistas y no marxistas. Antropología ve pasar una pléyade de profesores jóvenes en Buenos Aires. Procesos similares se dan en otras universidades. Retornan los excluídos, se cambia el plan de estudios en función de un mercado de trabajo externo. Grupos de trabajo autogestionarios de estudiantes, docentes y empleados pintan, limpian y abren al público museos hasta entonces reducidos a meros laboratorios. El entusiasmo contagia incluso a quienes no comparten la orientación política hegemónica, y por primera y única vez: los centros académicos se ven invadidos por indígenas, villeros, campesinos, ya no en condición de informantes sino concertando acciones para resolver problemas.

La reacción no se hizo esperar. El presidente Cámpora debe renunciar y la extrema derecha ataca. Se despide gente y se cierran las facultades. Al reabrirse, llenas de policías, el grupo de Marcelo Bórmida retoma la conducción. La dictadura militar genocida, que toma el poder en 1976, lo confirma plenamente. Solo la inesperada muerte del maestro italiano, en 1978, corta su carrera triunfal. Asumiendo la

caracterización subversiva que la dictadura da a la antropología (4), el grupo propicia inclusive el cierre de la carrera.

Esta vez los exiliados son más. Muchos no han de regresar. Entre los que se quedan algunos engrosarán las listas de desaparecidos. Milagrosamente, tal vez en función de su marginalidad geográfica, Misiones mantiene su curso de antropología social. Se cierran los de Mar del Plata, Rosario, Salta. Hacia instituciones privadas se dirigen los alumnos que procuran, desesperadamente, una mejor formación. Allí hay núcleos que resisten. Blas Alberti y Esther Hermitte cumplen un papel destacado en ese sentido. En lo académico, la universidad oficial alcanza su nivel más bajo gracias a la proscripción aplicada a los profesionales.

Cuando en 1977 la generosidad de los colegas de la Universidad Federal de Paraíba, Brasil, me brindó asilo, la libertad académica allí imperante me llamó la atención. En mi país poseer determinados libros podía significar muerte. Aquí todo el mundo los llevaba y los incluía en su bibliografia. Evidentemente a la dictadura militar vernácula no le preocupaba demasiado la discusión de los cientistas sociales. El debate estaba vivo en pleno regimen autoritario. Entre nosotros, aún hoy, el debate es muy diffícil. Solo los arqueólogos lo practican. Eso sí, ahora todos nos calificamos, sin temor, como antropólogos sociales.

Desde el retorno de la democracia, en 1983, mucha agua corrió bajo los puentes. Organizamos congresos, normalizamos la universidad concursando cátedras, establecimos relaciones internacionales apoyados en especial por ex-exiliados y no retornados que nos pusieron en contacto con otras antropologías. Hasta, después de reabrir los cursos cerrados, creamos nuevas rreras, como las de Jujuy y Olavarría. La producción ha crecido con una apertura temática notable. Tal vez estemos cambiando, acostumbrándonos a la libertad de pensar, como algo normal.

Sin embargo, ostentamos las marcas de nuestra historia. Conservamos cierto sentido de unidad de la antropología, arqueología y antropología biológica incluídas. Nos preocupa nuestra identidad profesional. Invertimos más en una graduación específica que en posgrados donde se pueda devenir antropólogo desde otras formaciones. Tendemos hacia un conocimiento con posibilidades de aplicación. Descreemos bastante de las jerarquías incluso - o sobre todo - académicas. Guardamos ciertos hábitos de autocensura. Y, sobre todo, insistimos en mantener viva la memoria y no permitir, nunca más, que nos corten el diálogo entre generaciones. Somos abiertos y pluralistas, pero ese plurarismo tiene sus límites: la cumplicidad con el genocidio, al precio de liquidar la propia profesión, no puede perdonarse. ◆

(4) - Ivanisevich, ministro de Educación en 1974, declara: "La investigación debe quedar afuera de la universidad; la tarea de la universidad no es investigar". Ya en la dictadura militar el ministro Ruera afirma en documento periodístico: "Antropología, sociología y psicología son los elementos más dinámicos de penetración ideológica y de disolución social" (Jornadas, 1989: 81). En octobre de 1980 Convicción, diario del almirante Massera, adhiere a la campaña para cerrar la carrera. Titula: "Por un proyecto que preserve nuestros valores, fenecen las disciplinas sociales". Afirmaba luego que no era novedad que la antropología era un foco marxista desde su iniciación (Jornadas, 1989: 85).



CARTAS À REDAÇÃO

Com relação à notícia divulgada no último número de "Plural", é importante que se esclareça que a integração das Antropologias da América Latina representou um esforço conjunto de diferentes pessoas e instituições. Houve na década de 80, pelo menos três reuniões em que essa idéia foi reafirmada.

Em 1986, a criação da associação foi a proposta de encerramento do "Seminário Latino-americano de Antropologia", realizado em Brasília. Naquela oportunidade, foi criada uma rede de antropólogos do continente, o "Grupo de Trabalho Sobre Identidade na América Latina", hoje integrando o CLACSO, que estará realizando sua terceira reunião em Brasília este mês de Dezembro.

Em 1988, a professora Maria Manuela Carneiro da Cunha, então presidente da ABA, tomou a iniciativa de realizar no âmbito da Reunião Brasileira de Antropologia, um encontro dos presidentes da Associações Latino-americanas de Antropologia. Nesta oportunidade foram avançadas as idéias de como seria a futura associação.

Ainda em 1988, foi realizada em Quito, a segunda reunião do GT sobre Identidades na América Latina, onde a idéia foi retomada, e decidiu-se que a proposta seria levada pelos participantes às suas respectivas associações nacionais. Assim em 1989, George Zarur, na condição de coordenador do GT, propôs ao então presidente da ABA, Antonio Augusto Arantes, a criação da ALA. As primeiras versões do estatuto da ALA foram redigidas por G. Zarur, com base no decidido nas três reuniões anteriores. Finalmente a ALA foi criada em Florianópolis em 1990.

George Zarur (Cambridge, EUA)

DOCUMENTOS

ATA DE FUNDAÇÃO E ESTATUTOS DA ALA

Aos nove dias do mês de abril de 1990, no Auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil), teve lugar a reunião da fundação da Associação Latino-Americana de Antropologia. Estiveram presentes, do México, o Professor Guilhermo Bonfil Batalla, da Coordenação Nacional do Seminário de Estudos da Cultura e do Conselho Nacional para a Cultura e as Artes, o Presidente do Colégio de Etnólogos e Antropológos Sociais e Diretor de Investigaçção e Promoção Social do Instituto Nacional Indigenista, José del Val, a Diretora do Centro de Investigações e Estudos Superiores em Antropologia Social, Teresa Rojas Rabiela e o Chefe do Departamento de Antropologia da Universidade Autonoma Metropolitana, Raul Nieto; a Presidenta da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences, Lourdes Arizpe; a Diretora do Instituto Colombiano de Antropologia e representante da Sociedade Colombiana de Antropologia, Myriam Jimeno Satoyo; o representante do Colégio de Graduados em Antropologia da Argentina, Roberto Ringuelet e os antropólogos argentinos Leopoldo Bartolomé e Ana Marta Gorosito; o presidente, a diretoria e diversos membros da Associação Brasileira de Antropologia. Os trabalhos foram presididos pelo iminente antropólogo Guilhermo Bonfil Batalla. Abrindo a sessão, o Sr. Presidente falou da importância da criação de uma entidade que cumpra a difícil tarefa de estreitar os laços de cooperação e intercâmbio entre os antropólogos da América Latina e do Caribe. Ressaltou o processo pelo qual muitos antropólogos vem construindo os alicerces dessa entidade, processo esse que culminou com a iniciativa da Associação Brasileira de Antropologia, apoiada pelo Colégio de Etnólogos y Antropólogos Sociales do México, de submeter um ante-projeto de estatuto a diversos especialistas da região e convocar esta plenária durante a XVII Reunião Brasileira de Antropologia. Finalizou, expressando o seu apoio à Constituição dessa entidade, criada como atualmente se pretende. Passou a palavra ao Prof. Antonio Augusto Arantes que falou do empenho da ABA em dar uma contribuiçção efetiva à concretização desse antigo projeto. Após sucessivas reuniões havidas em diferentes países, o processo de criação da Associação Latino-americana de Antropologia culminou com a elaboração de um anteprojeto pelo Conselho de Diretor daquela entidade, com a contribuição do prof. George Zarur, da Flacso e do CPTC/CNPq, que foi divulgado através do seu Boletim nº 8 e por carta a diversos antropólogos e associações profissionais que puderam ser identificadas na região naquele momento. Finalizou, dizendo que a abertura de canais de cooperação intelectual entre antropólogos da América Latina e do Caribe é fator importante para o enfrentamento das situações difíceis que frequentemente se apresentam ao antropólogo e às populações por eles estudadas nessas regiões. Com a palavra, a professora Lourdes Arizpe expressou o integral apoio da IUAES a esta iniciativa, sublinhando que: 1º) as dificuldades crescentes de comunicação e intercâmbio na região fazem necessário racionalizar e coordenar os esforços para lograr uma continuidade e uma conjunção dos trabalhos de investigação antropológica; 2º) a grave ameaça que afeta os grupos indígenas, os seus territórios e o seu meio-ambiente faz imperativo organizar os esforços em defesa de suas culturas e do meio-ambiente, e 3º) no contexto das tendências mundiais e regionalizar entidades sócio-políticas e intelectuais é importante criar entidades acadêmicas que possam coordenar esforços de várias organizações mundiais e regionais. Tendo o Sr. Presidente aberto a palavra ao público presente, o Prof. José del Val expressou o interesse e o acordo do conjunto das associações e instituições de ensino e pesquisa mexicanas de concretizar esse importante projeto. Os profs. Myriam Jimeno e Roberto Ringuelet manifestaram a concordância enfática das associações colombiana e argentina, respectivamente. O presidente da mesa comunicou também as manifestações de apoio da Diretoria do Departamento de Antropologia do Instituto Venezuelano de Investigações Científicas, Nelly Arvelo Jimenez, recebido por intermédio da ABA e o Prof. George Zarur, pedindo a palavra, disse haver recebido manifestações de apoio também dos dois colégios de antropólogos do Equador e de instituições peruanas. O Prof. Guillermo Bonfil passou então a palavra ao Prof. Antonio Augusto Arantes para proceder à aprovação dos estatutos da ALA. Após longo debate em que se procedeu à apreciação detalhada do projeto, aprovou-se o seguinte texto ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ANTROPOLOGIA. <u>Título I. Dos objetivos.</u> Art. 1º - ASSOCIAÇãO LATINO-AMERICANA DE ANTROPOLOGIA (ALA), entidade sem caráter político-partidário e religioso, tem por objetivo congregar os antropólogos latino-americanos e do Caribe para promover o desenvolvimento da antropologia, o intecâmbio de idéias, o debate de problemas e a defesa dos interesses comuns. Art. 2º - Para atingir seus objetivos, a ALA promoverá reuniões periódicas de seus associados, divulgará regularmente matérias de interesse profissional e proporá medidas visando a integração da antropologia na América-Latina. Art. 3º - A ALA tem foro provisório na cidade de Campinas, (Brasil) e sede no pais de residência de seu presidente. <u>Título II - Dos Associados.</u> Art. 4º - A ALA terá três categorias de associados: a) institucionais; b) individuais e c) correspondentes. Art. 5º - A categoria de sócio institucional é reservada para associações de Antropologia, Departamentos de Antropologia e instituições de ensino e pesquisa antropológicas dos países latino-americanos e do Caribe. Art. 6º - A categoria de sócio individual é reservada a antropólogos de quaisquer nacionalidades, que trabalhem em instituições latino-americanas de ensino e pesquisa, e que sejam autores de estudos antropológicos de notório valor. Art. 7º - A categoria de sócio correspondente é destinada a antropólogos não latino-americanos, que desenvolvam atividades profissionais relacionadas com a região. Art. 8º - A admissão de sócio em qualquer das três categorias referidas neste título será realizada mediante apresentação de proposta ao Conselho de Representantes, que decidirá a respeito. Art. 9º - As contribuições financeiras para manutenção da associação serão estípuladas pelo Conselho de Representantes, para as três categorias de sócios. Art. 10 - A falta de quitação da contribuição financeira importará na suspensão dos direitos dos associados da ALA. Art. 11 - Os associados não respondem nem solidária, nem subsidiariamente pelos compromissos assumidos pela Diretoria. <u>Título III. Da Administração.</u> Art. 12 - A ALA será administrada por um Conselho de Representantes, formado por um representante e um suplente de cada pais que possua sócios institucionais na associação. § único - O representante e o suplente de cada país serão escolhidos pelos sócios institucionais desse país, para um mandato de 4 anos, sem direito a

▷

reeleição consecutiva. Art. 13 - Comprete ao Conselho de Representantes: a) eleger a Diretoria da Associação. b) traçar os princípios normativos que orientarão as atividades técnico-científicas da ALA e c) deliberar sobre os casos omissos neste estatuto. 1° - As deliberações do Conselho de Representantes serão tomadas em reuniões, por consulta ou por meio de correspondência, promovidas pelo presidente da Associação. 2° - O Conselho de Representantes delibera por maioria absoluta. Art. 14 - A Diretoria será composta do Presidente da Associação, do Secretário-Geral e do Tesoureiro-Geral, e de Vice-Presidentes Regionais. 1° - O mandato da Diretoria é de 4 anos. 2° - O Presidente da ALA não poderá ser reeleito mais de uma vez. Art. 15 - Compete à Diretoria da ALA: a) tomar as medidas necessárias para a realização do Forum de Antropologia da América Latina e do Caribe; b) preencher, em caráter interino, as vagas verificadas em qualquer dos órgãos de direção, fora da época normal de eleição; c) constituir comissões especiais ou grupos de trabalho para assessoramento, estudo ou atividades especiais. Art. 16 - Ao Presidente compete: a) tratar dos interesses gerais da Associação, representando-a em juízo ou fora dele; b) presidir as reuniões da Diretoria e do Conselho de Representantes; c) elaborar, juntamente com a Diretoria, o programa anual de atividades científicas da Associação dentro do prazo de um mês após a sua eleição. Art. 17 - Ao Secretário-Geral compete despachar o expediente e, de acordo com o Presidente, administrar a associação, substituindo-o nas faltas e impedimentos. § único - Compete ao Secretário-Geral apresentar ao Conselho de Representantes, ao término de seu mandato, um relatório das atividades da Associação. Art. 18 - Ao Tesoureiro-Geral compete gerir os bens e interesses financeiros da Associação, de acordo com o Presidente. Art. 19. Aos Vice-Presidentes compete executar, de comum acordo com a Diretoria, os programas da ALA para a região que representam. Título IV. Das Reuniões. Art. 20. As reuniões científicas da ALA terão o nome de Forum de Antropologia da América Latina e Caribe, precedido do número de ordem. 1° - O Forum de Antropologia da América Latina e do Caribe terá como objetivo promover a difusão da antropologia produzida na região e o debate de questões científicas relevantes. 2° - O Forum de Antropologia da América Latina e do Caribe deverá se reunir no mínimo a cada 4 anos, de preferência por ocasião das reuniões promovidas pelas sociedades científicas dos países representados. 3°. A comunicação da data e local, bem como do programa da reunião serão enviados às instituições e indivíduos afiliados, com um ano de antecedência, no mínimo. Art. 21 - As reuniões ordinárias do Conselho de Representantes serão realizadas juntamente com o Forum de Antropologia da América Latina e do Caribe, por convocação do Presidente da ALA. Art. 22 - As reuniões extraordinárias do Conselho de Representantes serão realizadas por convocação do Presidente em exercício ou quando requeridas por 2/3 dos membros do Conselho de Representantes. Art. 23 - A diretoria poderá convidar pessoas estranhas ao quadro da Associação para participar do Forum de Antropologia da América Latina e do Caribe. Título V. Do Patrimônio. Art. 24 - O patrimônio da ALA será constituído pela renda líquida das contribuições dos sócios e pelas subvenções e doações que lhes forem feitas. Art. 25. Em caso de dissolução da ALA, seu patrimônio será entregue a uma sociedade congênere ou instituição de pesquisa de âmbito latino-americano, que for indicada pelo voto da maioria dos membros em pleno gozo dos seus direitos. Título VI - Das Publicações - Art. 26 - A ALA deverá publicar um boletim que divulgue as atividades desenvolvidas em diferentes centros latino-americanos de antropologia. Art. 27 - A ALA poderá editar outras publicações, a critério do Conselho de Representantes. Título VII - Disposições Gerais. Art. 28 - Os presentes estatutos poderão ser reformados em todo ou em parte pelo voto da maioria absoluta do Conselho de Representantes. Art. 29 - A ALA só poderá ser dissolvida pelo voto de três quartos dos membros institucionais. Art. 30 - Os documentos e comunicações oficiais da ALA serão escritos em português e em espanhol. Título VIII - Disposições Transitórias. Art. 31 - O fôro definitivo da ALA será escolhido no país que dispuser da legislação mais conveniente para a dinâmica da Associação. Art. 32 - Serão cobradas as seguintes anuidades: US$ 50,00 para sócios institucionais, US$ 20,00 para os individuais e US$ 50,00 para os correspondentes. Art. 33 - A primeira Diretoria da ALA será designada pelos representantes das associações e instituições presentes às reuniões plenárias de sua fundação. 1° - A essa Diretoria compete conduzir o processo de instalação definitiva da ALA, proceder à filiação de associados e organizar o I° Forum Latino-Americano de Antropologia. 2° O mandato da Diretoria constituída nos termos deste artigo irá até dezembro de 1993, data em que se realizará o Congresso Mundial de Antropologia, na cidade do México. Dando prosseguimento aos trabalhos, por delegação do senhor Presidente, o prof. Antonio Augusto Arantes anunciou a composição da Diretoria da Associação, conforme acordado entre os representantes das instituições presentes à plenária e que é a seguinte: Guillermo Bonfil Batalla (Presidente), Antonio Augusto Arantes Neto (Secretário Geral) e os Vice-Presidentes Regionais Leopoldo Bartolomé (Cone Sul), Myriam Jimeno Santoyo (Região Andina), Teresa Rojas Rabiella México, América Central e Caribe) e George Cerqueira Leite Zarur (Brasil). Nada mais havendo a tratar, o prof. Guillermo Bonfil deu por encerrada a sessão de que eu, Antonio Augusto Arantes Neto lavrei a presente ata que é assinada pelos representantes institucionais presentes à plenária, pelos membros da diretoria designada, pelos antropólogos estrangeiros presentes à reunião e pela diretoria da Associação Brasileira de Antropologia.

Guillermo Bonfil Batalla, Presidente da ALA
Antonio Augusto Arantes Neto, Presidente da ABA e Secretário Geral da ALA.
Leopoldo José Bartolomé, Vice-presidente da ALA.
Myriam Jimeno Santoyo, Vice-presidente da ALA e representante da Sociedade Colombiana de Antropologia.
Tereza Rojas Rabiella, Vice-presidente da ALA.
George Cerqueira Leite Zarur, Vice-presidente da ALA.
Lourdes Arizpe, presidenta da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences.
José del Val Blanco, Presidente do Colégio de Etnólogos y Antropologos Sociales do México.
Raul Nieto Calleja, representante do Departamento de Antropologia da Universidad Autonoma Metropolitana, do México.
Roberto Ringuelet e Ana Maria Gorosito, representante do Colégio de Graduados em Antropologia de Agrative.
Márcia Regina da Costa, Tesoureira da ABA.
Guita Grin Debert, Secretária Geral da ABA. ◆